

**PRÓ-REITORIA DE RECURSOS HUMANOS - PRORH  
COMISSÃO PERMANENTE DE SELEÇÃO - COPESE  
CONCURSO PÚBLICO PARA CARGO DE SERVIDOR  
TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO  
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**Questão 1:** Ao longo dos últimos anos, o Governo Federal tem empreendido esforços no sentido de sistematizar a Política de Atenção à Saúde do Servidor, com a finalidade de proporcionar relações de trabalho mais justas e equânimes, com base na proporcionalidade e nas garantias fundamentais. Tendo em vista essa nova concepção política, assinale a opção que **NÃO** se enquadra dentro dessa perspectiva:

- a) Construção de uma política transversal com os diferentes órgãos da Administração Pública Federal, de natureza normatizadora e não articulada, em nível central.
- b) Implantação de uma política desconcentrada e coletivizada, por meio da gestão participativa dos atores envolvidos, com foco na integralidade das ações.
- c) Sustentação política a partir dos eixos: vigilância e promoção à saúde, vigilância aos ambientes e processos de trabalho, perícia e assistência.
- d) Política fundamentada em gestão com base em informação epidemiológica, na inter-relação entre os eixos, no trabalho em equipe multidisciplinar e na avaliação dos locais de trabalho, considerando os ambientes e as relações de trabalho.
- e) Elaboração de normas, padronização de procedimentos e racionalização de recursos, com uso de informação para ação, projetos de formação e canais de comunicação.

**Questão 2:** Por meio do Decreto nº. 6.833, de 29 de abril de 2009, foi instituído o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal – SIASS – e o Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor, no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Entre as determinações constantes desse instrumento legal, marque a **INCORRETA**.

- a) O SIASS tem por objetivo coordenar e integrar ações e programas nas áreas de assistência à saúde, perícia oficial, promoção, prevenção e acompanhamento da saúde dos servidores da administração federal direta, autárquica e fundacional.
- b) O exercício do servidor no âmbito do SIASS implica mudança de unidade de lotação ou de órgão de origem, sendo que a sua participação no Comitê Gestor será remunerada, por ser considerada de relevante interesse público.
- c) O Comitê Gestor pautará suas ações visando tornar célere o atendimento ao servidor, especialmente no que se refere às ações preventivas, possibilitando, por conseguinte, a redução do tempo de ausência do servidor do seu ambiente de trabalho.
- d) Esse Decreto considera perícia oficial como toda ação médica ou odontológica realizada com o objetivo de avaliar o estado de saúde do servidor para o exercício de suas atividades laborais.
- e) Cabe ao Comitê Gestor aprovar as diretrizes para aplicação da política de atenção à saúde e segurança do trabalho do servidor público federal, e para a capacitação dos servidores em exercício nas unidades do SIASS.

**PRÓ-REITORIA DE RECURSOS HUMANOS - PRORH  
COMISSÃO PERMANENTE DE SELEÇÃO - COPESE  
CONCURSO PÚBLICO PARA CARGO DE SERVIDOR  
TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO  
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**Questão 3:** Ações de vigilância e de promoção à saúde podem propiciar modificações nos ambientes e processos de trabalho, produzindo impactos positivos sobre a saúde dos servidores federais. A potencial aplicabilidade dessa forma de cuidado em saúde na prática da Perícia em Saúde deve levar em consideração os seguintes aspectos, **EXCETO**:

- a) O apoio multidisciplinar deve ser parte integrante do processo de avaliação da capacidade laborativa, com vistas a se alcançar uma maior integração das ações de assistência, prevenção e promoção à saúde.
- b) A perícia tem o compromisso com o retorno ao trabalho e deve preservar os preceitos éticos da relação entre o perito e o periciado, não se relacionando com as áreas da assistência e da promoção à saúde.
- c) A equipe multidisciplinar tem a função de subsidiar as decisões periciais, avaliar o ambiente e o processo de trabalho, acompanhar os servidores afastados por motivos de saúde e dar suporte no tratamento e nas restrições de atividades.
- d) Deve ser estimulada a condução de estudos que possam estabelecer as diretrizes e metodologias para orientar as equipes de vigilância na avaliação e intervenção nos ambientes e processos de trabalho.
- e) As comissões locais de saúde do servidor representam espaços no qual o servidor pode reconhecer os riscos à saúde e à segurança, assim como negociar com a Administração mudanças no ambiente e na organização do trabalho.

**Questão 4:** Entre as doenças listadas abaixo, qual pode ser citada como exemplo de agravo à saúde específico, causado diretamente pelo trabalho?

- a) Transtorno depressivo.
- b) Asma brônquica.
- c) Dermatite de contato.
- d) Perda auditiva.
- e) Saturnismo.

**Questão 5:** Em relação aos acidentes em serviço e às doenças relacionadas ao trabalho, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) acidente em serviço ocorre pelo exercício do cargo / função / emprego a serviço do órgão ou entidade.
- b) as doenças relacionadas ao trabalho se caracterizam pelo fato de que o trabalho é causa necessária para a ocorrência do agravo.
- c) as doenças endêmicas, quando contraídas por exposição ao exercício do trabalho, devem também ser caracterizadas como doenças relacionadas ao trabalho.
- d) nem sempre estão associados à redução da capacidade laborativa.
- e) os acidentes em serviço são também representados pelos acidentes que ocorrem no percurso da residência para o trabalho ou vice-versa.

**Questão 6:** De conformidade com a legislação vigente, a presença das seguintes condições mórbidas determina a isenção do imposto de renda para os proventos de aposentadoria ou reforma percebidos por pessoas físicas, **EXCETO**:

- a) esclerose múltipla.
- b) hanseníase.
- c) moléstia profissional.
- d) neoplasia.
- e) alienação mental.

**Questão 7:** Os periciados portadores de tuberculose ativa farão jus à licença para tratamento de saúde. Sendo assim, cabe às Juntas Médicas levar em consideração as normas de procedimentos listadas abaixo, **EXCETO**:

- a) Reavaliar o paciente ao término do tratamento, que tem duração de seis meses, e basear suas conclusões, obrigatoriamente, em observações clínicas e exames subsidiários, de modo a comprovar, com segurança, a inatividade da doença.
- b) O parecer definitivo a ser adotado para os portadores de lesões tuberculosas aparentemente inativas ficará condicionado a um período de observação nunca inferior a 12 (doze) meses, contados a partir do término do tratamento.
- c) Os periciados considerados curados, em período inferior a dois anos de licença para tratamento de saúde, retornarão ao serviço ativo.
- d) Serão aposentados os periciados que, após dois anos de afastamento do serviço para efetivo tratamento de saúde, apresentarem lesões em atividade, ou ainda restarem dúvidas quanto ao estado evolutivo de suas lesões tuberculosas.
- e) Os periciados permanecerão em licença até que a baciloscopia no escarro seja negativa e que ocorra a recuperação clínica do paciente.

**Questão 8:** Caberá às Juntas Médicas a obrigatoriedade de concessão ao discente de regime especial de tratamento e atendimento médico em circunstâncias específicas. Entre as assertivas que se seguem, marque a **INCORRETA**.

- a) O estado de gestação, que concederá à estudante o regime de exercícios domiciliares, deve ser bem caracterizado.
- b) Em qualquer caso, é assegurado às estudantes em estado de gravidez o direito à prestação dos exames finais.
- c) Atendimento especial será oferecido a qualquer condição mórbida que ocasione ao aluno uma incapacidade física incompatível com sua frequência aos trabalhos escolares, independente do período de afastamento.
- d) A afecção determinante de tratamento excepcional ao discente deve exibir ocorrência isolada ou esporádica.
- e) A duração da entidade nosológica incapacitante não deve ultrapassar o máximo ainda admissível, em cada caso, para a continuidade do processo pedagógico de aprendizagem.

**PRÓ-REITORIA DE RECURSOS HUMANOS - PRORH  
COMISSÃO PERMANENTE DE SELEÇÃO - COPESE  
CONCURSO PÚBLICO PARA CARGO DE SERVIDOR  
TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO  
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**Questão 9:** Segundo o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a licença por motivo de doença em pessoa da família poderá ser concedida ao servidor. Neste sentido, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) Poderá ser concedida ao servidor licença por motivo de doença em pessoa da família apenas para cônjuge ou companheiro, pais e filhos, mediante comprovação por perícia médica oficial.
- b) Doença do padrasto ou madrasta, enteado, ou dependente que viva a expensas do servidor e conste do seu assentamento funcional também pode determinar a concessão da licença em questão.
- c) A licença em tela somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável, a despeito de que tal assistência possa ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo do servidor.
- d) Essa licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável, independente da possibilidade de que essa assistência possa ser prestada mediante compensação de horário.
- e) Não será concedida nova licença em período inferior a 24 meses do término da última licença concedida.

**Questão 10:** O servidor público fará jus à licença para tratamento de saúde, sem prejuízo de sua remuneração de direito. Neste sentido, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) sempre que necessário, a inspeção médica será realizada na residência do servidor ou no estabelecimento hospitalar onde este se encontrar internado.
- b) inexistindo médico no órgão ou entidade no local onde se encontra ou tenha exercício em caráter permanente o servidor, poderá ser aceito atestado emitido por médico particular.
- c) a perícia oficial para concessão da licença deverá ser efetuada por cirurgiões-dentistas, nas hipóteses em que abranger o campo de atuação da odontologia.
- d) a licença para tratamento de saúde poderá ser dispensada de perícia oficial, na dependência do prazo concedido.
- e) o atestado e o laudo da Junta Médica não se referirão ao nome ou natureza da doença para quaisquer condições mórbidas.

**Questão 11:** A adoção de novas tecnologias e métodos gerenciais facilita a intensificação do trabalho que, aliada a outros fatores, modificam o perfil de adoecimento e sofrimento dos trabalhadores, expressando-se, entre outras formas, pelo aumento da prevalência de doenças relacionadas ao trabalho, como os Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT). Entre os fatores de risco que devem ser considerados nos ambientes de trabalho para a caracterização de DORT, marque a alternativa **INCORRETA**.

- a) Posturas inadequadas.
- b) Fatores organizacionais e psicossociais ligados ao trabalho.
- c) Variabilidade da tarefa.
- d) Exigências cognitivas.
- e) Carga estática presente quando um membro é mantido numa posição que vai contra a gravidade.

**Questão 12:** Os transtornos mentais e do comportamento relacionados ao trabalho têm aumentado consideravelmente em termos de frequência de acometimento nas diferentes classes de trabalhadores, resultando não de fatores isolados, mas de contextos de trabalho em interação com o corpo e aparato psíquico dos trabalhadores. Para sua adequada caracterização, devem ser levadas em consideração as seguintes condições predisponentes presentes no ambiente de trabalho, **EXCETO**:

- a) livre utilização das habilidades do trabalhador.
- b) pouco controle do trabalho pelo trabalhador.
- c) fracasso / falta de êxito no trabalho.
- d) acidente de trabalho.
- e) mudança de posição na hierarquia (ascensão ou queda).

**Questão 13:** Servidor com sorologia positiva para o HIV e diagnóstico de Sarcoma de Kaposi. Considerando tal situação na Perícia em Saúde, marque a alternativa **CORRETA**.

- a) O servidor faz jus à aposentadoria por invalidez.
- b) O servidor somente poderá ser afastado do serviço temporariamente.
- c) A princípio, o servidor não poderá ser afastado de suas atividades laborativas.
- d) O médico perito deverá solicitar, obrigatoriamente, a contagem de linfócitos CD4.
- e) Cabe ao médico perito encaminhar o servidor para o serviço de referência da localidade.

**Questão 14:** O enquadramento da invalidez definitiva por neoplasia maligna dos periciados **NÃO** será efetuado pelas Juntas Médicas quando constatada:

- a) neoplasia com prognóstico ruim em curto prazo.
- b) neoplasia incurável.
- c) ausência de evidência de atividade neoplásica em acompanhamento clínico e laboratorial, após tratamento cirúrgico, radioterápico e/ou quimioterápico.
- d) existência de seqüela de tratamento, mesmo quando extirpada a lesão neoplásica maligna.
- e) recidiva ou metástase de neoplasia maligna.

**Questão 15:** Periciado portador de doença hepática procura o serviço de perícia médica com o intuito de ser reconhecido o seu direito à isenção do desconto de imposto de renda. Ao exame físico, apresenta icterícia, hepatomegalia, dor no hipocôndrio direito, ascite e perda de peso. Qual deve ser a primeira conduta do médico perito nesse caso?

- a) Constatar a invalidez e /ou realizar o enquadramento legal da patologia.
- b) Se pautar também nos resultados dos exames laboratoriais solicitados de rotina para qualquer hepatopatia crônica
- c) Encaminhar o periciado ao especialista para tratamento.
- d) Solicitar imediatamente a realização de biópsia hepática.
- e) Prescrever medicação para o alívio do quadro clínico do periciado.

**PRÓ-REITORIA DE RECURSOS HUMANOS - PRORH  
COMISSÃO PERMANENTE DE SELEÇÃO - COPESE  
CONCURSO PÚBLICO PARA CARGO DE SERVIDOR  
TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO  
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**Questão 16:** A cardiopatia grave trata-se de uma das doenças que concedem aposentadoria integral aos servidores públicos, desde que esteja dentro dos critérios estabelecidos. Para tanto, as Juntas Médicas devem considerar as seguintes normas de procedimento, **EXCETO**:

- a) O periciado poderá ser enquadrado como portador de cardiopatia grave mesmo que a possibilidade de regressão da condição patogênica não seja totalmente afastada.
- b) Nos casos de enfermidade cardiovascular sem terapêutica específica ou de evolução rápida e/ou com prognóstico ruim em curto prazo, o enquadramento da cardiopatia grave poderá dispensar o prazo de observação e tratamento estabelecido.
- c) Os laudos das Juntas Médicas deverão conter, obrigatoriamente, os diagnósticos etiológico, anatômico e funcional (reserva cardíaca) e a afirmação ou negação de cardiopatia grave, para o enquadramento legal da lesão incapacitante.
- d) São consideradas cardiopatias graves as cardiopatias crônicas que limitam progressivamente a capacidade física e profissional, não obstante o tratamento clínico e/ou cirúrgico adequado.
- e) As cardiopatias agudas que, habitualmente rápidas em sua evolução, tornarem-se crônicas, serão caracterizadas como cardiopatia grave.

**Questão 17:** Considerando que, no exercício de sua função pericial, o médico perito deve atentar para o Código de Ética Médica, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Deve atuar com absoluta isenção quando designado para servir como perito ou auditor, assim como não ultrapassar os limites das suas atribuições e competências.
- b) Nunca deve assinar laudos periciais ou de verificação médico-legal, quando não os tenha realizado, ou participado pessoalmente do exame.
- c) Não deve ser perito de paciente seu, de pessoa de sua família ou de qualquer pessoa com a qual tenha relações capazes de influir em seu trabalho.
- d) Quando em função de auditor ou perito, a intervenção nos atos profissionais de outro médico, ou qualquer apreciação em presença do examinado, deve ser realizada somente para os casos em que for constatada sua absoluta necessidade.
- e) Ao examinar um servidor para fins de licença, benefícios, etc., o perito tem a obrigação de comunicar sua decisão aos setores próprios da instituição.

**Questão 18:** Selecione, entre as opções abaixo, aquela que **NÃO** se enquadra dentro dos aspectos que devem ser observados no tocante à concessão de licença à servidora em estado de gestação.

- a) A licença à gestante destina-se à proteção da gravidez, a partir do primeiro dia do nono mês, à recuperação pós-parto e à amamentação.
- b) Na hipótese de surgirem casos patológicos durante ou depois da gestação, ainda que dela decorrente e geradores de incapacidade, o afastamento também será processado como licença à gestante.
- c) No caso de aborto comprovado por atestado médico, após sua homologação a servidora fará jus a 30 dias de repouso.
- d) No caso de nascimento prematuro, a licença, se ainda não concedida, terá início na data do evento.
- e) Nos casos de natimorto, a servidora, decorridos 30 dias após o parto, será submetida a exame médico pericial (avaliação física e psicológica) e, se julgada apta, reassumirá o exercício do seu cargo.

**PRÓ-REITORIA DE RECURSOS HUMANOS - PRORH  
COMISSÃO PERMANENTE DE SELEÇÃO - COPESE  
CONCURSO PÚBLICO PARA CARGO DE SERVIDOR  
TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO  
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**Questão 19:** A readaptação funcional se refere à investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação, verificada ao exame médico-pericial, que o mesmo tenha sofrido em sua capacidade física ou mental. No que concerne aos procedimentos da Perícia em Saúde, marque a assertiva **INCORRETA**.

- a) Caso o servidor seja capaz de executar mais de 50% das atribuições do seu cargo, deverá retornar ao trabalho, na sua própria função, mesmo que seja necessário evitar algumas atribuições.
- b) Caso não haja um cargo para o qual o servidor possa ser readaptado, a Junta Médica deverá sugerir a aposentadoria por invalidez.
- c) Caso o servidor não consiga atender um mínimo de 70% das atribuições de seu cargo, deverá ser sugerida sua readaptação, nos termos da legislação vigente.
- d) Após constatação pela Junta Médica de sua incapacidade relativa, o servidor deverá ser encaminhado para outros especialistas da Perícia em Saúde, que avaliarão as atribuições do seu cargo/função e definirão quais atividades ele ainda pode exercer.
- e) A Junta Médica emitirá parecer à chefia imediata, determinando as atribuições que não deverão ser executadas devido à incapacidade relativa do servidor, designando a restrição por um caráter temporário ou permanente.

**Questão 20:** Não se deve confundir a posição do médico que avalia a pessoa como cliente voluntário, com a do profissional que o avalia na qualidade de perito. Entre as assertivas que se seguem referentes à relação do perito com o periciado, qual **NÃO** deve ser considerada?

- a) O perito não deve ser afetado pelo periciado em nenhum sentido, sendo isento para julgar os fatos com objetividade.
- b) A atual abordagem médico-pericial exige dos profissionais uma postura cada vez mais detalhada e incisiva, para que não parem dúvidas em seus pareceres técnicos, devendo se abster de solicitar pareceres de outros profissionais.
- c) Mesmo exercendo função pericial, o médico perito deve ter sempre em mente que a relação médico-paciente, embora neutra e imparcial, deve ser baseada no respeito e atenção ao paciente.
- d) As informações e orientações do médico perito devem ser esclarecedoras, usando terminologia acessível ao nível de formação do servidor.
- e) O médico perito deve sempre levar em consideração que a avançada tecnologia não pode substituir a anamnese detalhada e o exame minucioso e criterioso do paciente.

**PRÓ-REITORIA DE RECURSOS HUMANOS - PRORH  
COMISSÃO PERMANENTE DE SELEÇÃO - COPESE  
CONCURSO PÚBLICO PARA CARGO DE SERVIDOR  
TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO  
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**Questão 21:** No que diz respeito ao acidente do trabalho ou em serviço, a Perícia em Saúde observará as seguintes determinações, **EXCETO**:

- a) As doenças degenerativas, as inerentes a grupo etário e as que não acarretam incapacidade para o trabalho não serão equiparadas às doenças ocupacionais e/ou profissionais.
- b) A Comunicação de Acidente em Serviço (CAS) será emitida apenas pela equipe de vigilância em saúde do servidor.
- c) A CAS deverá ser encaminhada à chefia, ao Serviço de Saúde e à Perícia Médica ou à unidade de recursos humanos a qual estiver vinculado o servidor, num prazo de até 48 horas úteis da ocorrência do agravo.
- d) Cabe à equipe de vigilância em saúde promover as intervenções necessárias no ambiente de trabalho do servidor onde ocorreu o acidente.
- e) No caso de acidente de trajeto, o Boletim de Ocorrência é obrigatório.

**Questão 22:** Os procedimentos da Perícia em Saúde são pautados em prazos previamente definidos para estabelecer a duração da licença para tratamento de saúde do servidor. Neste sentido, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) A duração da licença para tratamento de saúde poderá variar de um dia a, no máximo, 24 meses.
- b) Devem ser sempre observados a obrigatoriedade de Junta Médica e o limite de 45 dias de intervalo entre as licenças para tratamento de saúde.
- c) O servidor deverá comparecer, no prazo de três dias úteis após o início das faltas, ao serviço de saúde ou perícia do órgão ou entidade para ser submetido ao exame médico-pericial.
- d) Quando a avaliação é efetivada por um único perito, este não pode conceder licença que ultrapasse 30 (trinta) dias.
- e) O servidor que apresentar atestado acima de nove dias de afastamento para tratamento de saúde no período de 180 dias deverá ser encaminhado à Perícia em Saúde.

**Questão 23:** Os laudos médicos-periciais indicarão, obrigatoriamente, e de forma expressa, os seguintes itens, **EXCETO**:

- a) Se a espécie de licença, ou a aposentadoria por invalidez, ou a isenção do desconto de imposto de renda foi concedida ao servidor.
- b) Se a licença para tratamento de saúde ou a aposentadoria por invalidez do servidor decorre ou não de acidente em serviço, de moléstia relacionada ao trabalho, ou doença especificada em lei.
- c) Se o servidor se encontra ou não apto para os atos da vida civil.
- d) Se a insalubridade ou periculosidade é ou não passível de neutralização ou de eliminação, indicando, na primeira hipótese, as medidas de proteção coletiva e/ou individual a serem adotadas.
- e) Se o examinado é portador de deficiência, o que exigirá a colocação do seu grau e a categoria desta.

**Questão 24:** No que tange à abordagem de questões éticas e administrativas em Perícia em Saúde, selecione a alternativa que **NÃO** se encontra de acordo com os procedimentos que devem ser considerados.

- a) É proibido ao médico atuar como perito dos próprios clientes, inclusive na condição de integrante de Junta médico-pericial.
- b) O servidor acometido de doença incapacitante durante o período de férias não terá a suas férias suspensas, sendo que, após o término das mesmas, deverá comparecer ao serviço de saúde ou de perícia, para avaliação da sua capacidade laborativa.
- c) Por seu caráter confidencial, os documentos médicos, quando fora do serviço de saúde ou de perícia, deverão tramitar em envelope lacrado, cuja consulta será restrita ao profissional da área de saúde e à chefia imediata do servidor.
- d) A chefia imediata do servidor licenciado para tratamento de saúde não permitirá que ele reassuma o exercício de seu cargo ou entre em gozo de férias ou licença-prêmio, antes de provar legalmente a cessação da incapacidade para o trabalho.
- e) Na hipótese de remoção de servidor, o respectivo prontuário médico será remetido, em envelope lacrado, à Unidade de Saúde Ocupacional e Perícia em Saúde a que se encontre vinculado o novo órgão de lotação.

**Questão 25:** A Vigilância em Saúde do Trabalhador / Vigilância à Saúde do Servidor compõe-se de um conjunto de práticas sanitárias, articuladas suprassetorialmente, cuja especificidade está centrada na relação da saúde com o ambiente e os processos de trabalho e com a assistência, calcada nos princípios da vigilância em saúde, para melhoria das condições de vida e saúde da população. Para tanto, possui princípios norteadores, alguns dos quais podem ser entendidos como se segue abaixo, **EXCETO**:

- a) A intersetorialidade, representada pela ampliação da articulação entre as diversas instâncias que compõem o setor de saúde.
- b) O controle social, expresso pela incorporação dos trabalhadores e das suas organizações, especialmente as sindicais, em todas as etapas da vigilância em saúde do trabalhador.
- c) A interdisciplinaridade, caracterizada pela abordagem multiprofissional sobre o objeto da vigilância em saúde do trabalhador.
- d) A pesquisa-intervenção, partindo do entendimento de que a intervenção, no âmbito da vigilância em saúde do trabalhador, é a deflagradora de um processo contínuo, em que a pesquisa é sua parte indissolúvel, subsidiando e aprimorando a própria intervenção.
- e) O caráter transformador, uma vez que a vigilância em saúde, sob a lógica do controle social e da transparência das ações, pode ter por meio da intervenção um caráter proponente de mudanças dos processos de trabalho.

**Questão 26:** A presença da doença, por si só, não significa a existência de incapacidade laborativa. Entre as assertivas relativas à avaliação da capacidade laborativa, selecione a opção que **NÃO** se encontra de acordo com a normatização pertinente.

- a) Entende-se por incapacidade laborativa a impossibilidade de desempenho do servidor de atividades específicas ao seu cargo, função ou emprego, decorrente das alterações patológicas consequentes ao(s) agravo(s) apresentado(s).
- b) Devem ser sempre considerados a possibilidade de agravamento da doença, bem como o risco à vida para o servidor ou para terceiros, que a continuação do trabalho possa acarretar.
- c) Na avaliação da capacidade laborativa e suas consequências, o médico perito não deve considerar o aspecto socioeconômico do servidor, nem a possibilidade de o mesmo ser acompanhado ou não ao local de trabalho.
- d) O conceito de incapacidade deve ser analisado quanto ao grau, à duração e à profissão ou função desempenhada.
- e) Entende-se por incapacidade parcial aquela cujo grau de incapacidade ainda permite o desempenho de atividade laboral, sem risco de vida ou agravamento maior.

**Questão 27:** Em relação ao tempo de afastamento do trabalho concedido ao servidor, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) o perito deve fixar o prazo durante o qual haja viabilidade de recuperação do servidor.
- b) a data do início da incapacidade tem que coincidir com a data do início do afastamento.
- c) a fixação de data “indeterminada” só será admitida em face de incapacidade permanente por invalidez, no momento de propor a aposentadoria.
- d) prazos longos para doenças de curta duração constituem graves erros técnicos, representando ônus pesado para a instituição.
- e) prazos curtos nas doenças crônicas são prejudiciais à instituição e ao servidor, que fica obrigado a atender a sucessivas convocações.

**Questão 28:** Entre os exames que devem ser realizados necessariamente por Junta Médica Oficial, marque a opção **INCORRETA**.

- a) Licença por motivo de doença em pessoa da família do servidor.
- b) Aposentadoria por invalidez.
- c) Licença para tratamento de saúde do servidor, quando o período de afastamento ultrapassar 15 dias.
- d) Remoção por motivo de saúde.
- e) Revisão do fundamento legal da aposentadoria do servidor.

**Questão 29:** No tocante ao pedido de reconsideração do resultado do exame médico pericial, é **CORRETO** afirmar que:

- a) o requerente deverá, obrigatoriamente, ser submetido a novo exame médico-pericial.
- b) na entrada do pedido de reconsideração, os atos determinados pela Junta Médica-Pericial terão seus efeitos mantidos até a reavaliação da matéria.
- c) deve ser avaliado pela mesma Junta Médica que proferiu a primeira decisão.
- d) em caso de não deferimento do pedido de reconsideração, os dias decorridos entre o protocolo de pedido e a ciência da decisão pelo servidor não serão considerados como faltas justificadas, caso o mesmo não compareça ao trabalho.
- e) pode ser avaliado por Junta Médica de outro órgão do Serviço Público Federal, com conjunto de peritos distintos do processo original.

**Questão 30:** As condições abaixo discriminadas deverão ser observadas para que as Juntas Médicas possam identificar Alienação Mental na evolução de qualquer enfermidade psiquiátrica, **EXCETO**:

- a) Seja enfermidade mental ou neuromental.
- b) Seja grave e persistente.
- c) Gere comprometimento dos juízos de valores e realidade, com preservação do pragmatismo e da autodeterminação.
- d) Provoque alteração completa ou considerável da personalidade.
- e) Haja um eixo sintomático entre o quadro clínico e a personalidade do paciente.